

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

n. 18, n. 2

CENTROS DE CONVIVÊNCIA COMO ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA DE PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

José Lucas Gabriel Gomes FRAGOSO¹

José Arturo Costa ESCOBAR²

Resumo

Esta pesquisa foi realizada no Centro de Convivência (CC) da Escola Livre de Redução de Danos, tecnologia social de saúde mental aplicada ao usuário de drogas lícitas e ilícitas e em situação de extrema vulnerabilidade. Foi buscada uma escrita de forma implicada e sem propor uma pretensa e enganosa neutralidade, evidenciando o papel da autoria analítica, sobre o que se passou em mim ao longo do período convivido junto às pessoas. O objetivo da pesquisa foi avaliar os impactos das intervenções e práticas de redução de riscos e danos (RD), com foco no traçado do perfil das pessoas atendidas, descrição de atividades com mulheres e ações de Redução de Danos no carnaval, assim como, avançar na compreensão dos marcadores sociais de raça e gênero nessa população. Foi realizada em duas etapas: a análise das Fichas de Acolhimento (FICA), para o traçado de perfil das pessoas que frequentam o lugar; e a etapa de observação participante e análise documental, fundamentais para a verificação das minúcias do cotidiano no CC e descrição das atividades em seus processos de planejamento, execução e monitoramento. Os conceitos de interseccionalidade e de encruzilhada foram aplicados para a análise e discussão dos dados documentais e observacionais. Os momentos vivenciados no CC oportunizaram a promoção dos vínculos entre todas as pessoas que ali conviviam, cada uma com seus motivos respectivos: como a equipe de redução de danos, o pesquisador e as pessoas que ali estavam para utilizar dos serviços ofertados (atenção básica de saúde e oficinas, por ex.). Observamos um lugar que foi capaz de

¹ Estudante do décimo período de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. Membro do GEFF-UFPE (Grupo de Estudos Frantz Fanon); pesquisador na Escola Livre de Redução de Danos, membro do Coletivo Pontes da Psicanálise. Email: joselucasggf@gmail.com

² Doutor e Mestre em Psicologia Cognitiva (2012 e 2008, respectivamente). Possui formação como Biólogo (2006) e Psicólogo (2017). Realizou pós-doutoramento em dependências e saúde mental no Centre for Addiction and Mental Health da Universidade de Toronto/Canadá (2014-2016). Atua como professor de graduação e pós-graduação na Faculdade de Ciências Humanas Esuda, e pesquisador. É membro-pesquisador do Grupo de Estudos em Álcool e outras Drogas (Gead/UFPE) e ligado à Rede de Pesquisa sobre Drogas/SENAD/MJ, do qual recebeu prêmio de melhor tese de doutorado (2013). Co-fundador da Escola Livre de Redução de Danos (Recife-PE), no qual coordena a Ciranda de Formação e Pesquisa da instituição. Email: escobarneip@gmail.com

reduzir o espaço que o uso de drogas ocupa na rotina; do todo, do que o faz problemático, para um espaço de menor prejuízo no cotidiano. Foi percebido que o CC é um lugar onde podemos viver uns com os outros, com desafios e alegrias de se partilhar um espaço coletivo.

Palavras-chave: redução de danos; álcool e outras drogas; população em situação de rua; vulnerabilidade social; interseccionalidade.

Abstract

This research was carried out at the Drop-in Center (DC) of the Free School of Harm Reduction, a mental health's social technology applied to users of licit and illicit drugs and in situations of extreme vulnerability. Writing was sought in an implicit way and without proposing a supposed and misleading neutrality, highlighting the role of analytical authorship, about what happened to me throughout the period I lived with people. The objective of the research was to evaluate the impacts of risk and harm reduction (HR) interventions and practices, focusing on profiling the people registered, describing activities with women and HR actions during Carnival, as well as advancing in understanding the social markers of race and gender. It was carried out in two stages: analysis of the Registration Forms (FICA), to profile the people who frequent the place; and the stage of participant observation and document analysis, fundamental for verifying the minutiae of everyday life at the DC and describing the activities in its planning, execution and monitoring processes. The concepts of intersectionality and crossroads were applied to the analysis and discussion of documentary and observational data. The moments experienced at the DC provided the opportunity to promote bonds between all the people who lived there, each with their respective reasons: such as the harm reduction team, the researcher and the people who were there to use the services offered (basic health care, workshops, for example). We observed a place that was able to reduce the space that drug use occupies in the routine; of the whole, of what makes it problematic, to a space of less harm in everyday life. It was realized that the CC is a place where we can live with each other, with the challenges and joys of sharing a collective space.

Keywords: harm reduction; alcohol and other drugs; homeless; social vulnerability; intersectionality.

Introdução

O uso de substâncias que alteram o estado de consciência dos indivíduos é histórico; os diversos agrupamentos humanos o fazem com múltiplas finalidades: como a ritualística ou para obtenção de prazer (OLIVEIRA; SAMPAIO; SALDANHA, 2015; PASSOS; SOUZA, 2011). Acontece que uma parcela da população que usa drogas desenvolve problemas que podem ser associados ao uso delas (HART, 2021), logo, é preciso ter maneiras de cuidar dessas pessoas. Diante disso, o Proibicionismo propõe uma sociedade onde não seja permitido o uso de drogas. Enquanto a Redução de Danos (RD) verte o olhar para o sujeito com a finalidade de compreender as causas do uso problemático e auxiliá-lo a recuperar sua autonomia – caso seja essa sua vontade.

Entretanto, a RD está além do cuidado das pessoas que usam drogas, seus princípios se relacionam com a manutenção da vida e são construídos atentos ao contexto em que estão inseridas. Por exemplo, o cinto de segurança, o capacete para motociclistas, as leis de trânsito podem ser consideradas medidas para reduzir os danos do trânsito que surgem nas grandes cidades. Assim como a troca de seringas para pessoas usuárias de drogas injetáveis, de preservativos para as relações sexuais e de informações sobre os riscos de combinar substâncias em festas, onde há o uso recorrente de diversas substâncias, são medidas de RD. Engloba um conjunto de medidas que visa justamente evitar que o consumo de substâncias se torne um problema.

Ainda assim, não se trata de um conjunto de diretrizes pré-estabelecidas, mas sim de princípios que em diálogo com as especificidades locais dão origem as práticas (FORTESKI; FARIA, 2013; ALVES; LIMA, 2013). Sendo inclusive, parte da cultura da RD que as suas estratégias tenham origem nas margens das sociedades. A RD como uma política de vida criada por grupos que por vezes não tem seu direito a vida garantido pelo estado, como no passado fizeram os *junkiebonds* (QUEIROZ, 2001). No Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos – local onde realizei a pesquisa de campo, será melhor descrito mais a frente –, por exemplo, são as pessoas que convivem como usuárias do espaço que trazem suas demandas. Era notório ao longo da convivência que as atividades não fluíam caso não fossem consideradas as demandas das pessoas conviventes usuárias dos serviços.

Carl Hart (2021) em seu livro “Drogas para adultos”, problematiza a vinculação das drogas diretamente com os danos. Ele afirma que a busca pela felicidade é um direito inalienável do ser humano, sendo o uso de drogas – lícitas e ilícitas – um meio para alcançá-la. Logo, é válido salientar que as drogas ilícitas são apenas mais um meio que podem gerar possíveis danos, assim de acordo com o conhecimento *exusíaco*³ (RUFINO e SIMAS, 2018) ou como apontado por

³ Exu ao ser desafiado a levar ao mercado duas cabaças: uma contendo todo o mal e outra contendo todo o bem solicita uma terceira, em que mistura o conteúdo de ambas e solta no mundo (RUFINO e SIMAS, 2018). Trago conhecimentos de origens diferentes para evidenciar a relevância de foco na dose e na relação com a substância.

Paracelso: a distinção entre veneno e remédio é a dose. Logo, é algo sabido há tempos que o foco não necessariamente deve estar na substância, mas sim na quantidade e não apenas nela, como também na relação que a pessoa desenvolve com a mesma.

Sendo assim, tendo em vista que as estratégias de intervenção da RD visam fortalecer a autonomia das pessoas (FORTESKI; FARIA, 2013; ALVES; LIMA, 2013; VASCONCELOS; PAIVA; VECCHIA, 2018), tal busca por felicidade dialoga com o fortalecimento dessa – pois é preciso autonomia para empreender tal busca. Assim como, a mudança do foco da substância – como feita pelo Proibicionismo – para a pessoa – como propõe a RD. Porém, não intenciono desconsiderar que o abuso de substâncias psicoativas pode se tornar uma questão de saúde pública. E é justamente por isso que é importante que o problema seja seriamente debatido e pensado em espaços acadêmicos e não acadêmicos, por todos os lugares por onde a vida circula.

Assim sendo, é importante recordar de que a RD não visa necessariamente reduzir o uso por pessoa, mas sim, reduzir possíveis danos⁴ que podem ser gerados pelo uso de substâncias psicoativas (FORTESKI; FARIA, 2013; ALVES; LIMA, 2013; VASCONCELOS et al., 2018); sempre levando em consideração a vontade do indivíduo. É importante frisar que, como a RD se alinha ao modelo sociocultural (SCHNEIDER; DE LIMA, 2011) ela não enxerga a possibilidade de uma sociedade sem uso de drogas; tendo em vista que uma pessoa a partir do usufruto de sua autonomia pode optar por não utilizar substância. Porém, como vemos na “Guerra as drogas”, que na verdade é uma guerra contra grupos específicos da sociedade – majoritariamente jovens negros e pobres (ALMEIDA, 2019) – nem o uso da violência é o suficiente para impedir que os usos de drogas tornadas ilícitas aconteçam.

⁴ Aqui vale ressaltar que a redução de danos pode ser ampliada para outras áreas da vida que não sejam necessariamente vinculadas ao uso de substâncias psicoativas. A RD configura uma prática de apologia ao cuidado, logo, toda prática cotidiana pode ser realizada visando a prevenção de possíveis danos, por exemplo: usar capacete ao se deslocar de moto e bicicleta, evitar ler em ambientes com iluminação insuficiente, olhar para os dois lados ao atravessar a rua, entre outras práticas rotineiras.

Além da RD, temos também modelos que entendem a questão por um viés moral, a exemplo do modelo jurídico-moral e biomédico (SCHNEIDER; DE LIMA, 2011), buscando com isso a abstinência compulsória e gerando um sentimento de culpa em decorrência do uso de drogas. Por não se fundamentar em princípios morais, a RD não culpabiliza a pessoa pelas recaídas, o que proporciona um ambiente mais acolhedor para partilhar sobre as experiências de uso, pois, não há uma condenação *a priori* por parte daquelas/es que escutam. Espaço de partilha de experiência entre pessoas que usam drogas são fundamentais para a RD, pois é justamente entre pares que as estratégias são construídas. Isso é observado devido a possibilidade de aprender com o que foi vivido pelo outro e do fortalecimento mútuo de estar em uma comunidade, fundamental para o fortalecimento da autonomia.

Por outro lado, é importante sinalizar que o que a RD não compactua com a abstinência como único objetivo terapêutico, contanto que seja pactuada entre as partes (PASSOS; SOUZA, 2011). Tal ênfase dada por modelos que têm a abstinência como único caminho possível desconsideram a vontade dos indivíduos que podem, inclusive, optar por continuarem fazendo o uso da substância em questão, ou mesmo não conseguirem cessar seus consumos. O foco que é dado para a relação da pessoa com a substância é um dos diferenciais da RD (MENDES; FILLIPEHARR, 2014; ALVES; LIMA, 2013; VASCONCELOS et al., 2018; SCHNEIDER; DE LIMA, 2011). Tal deslocamento rompe com a visão moralizante, que condena as pessoas pelos seus usos de drogas, como se o uso por si só fosse um problema; e por vezes, desconsidera outros fatores – como o ambiente onde acontece o uso ou problemas pessoais de quem usa – que podem fragilizar as pessoas diante das substâncias psicoativas.

“A Redução de Danos pode ser definida como um conjunto de medidas em saúde que tem a finalidade de minimizar as consequências adversas do uso/abuso de drogas. Essas ações devem levar em consideração que nem todas as pessoas desejam largar o uso de drogas ou consigam parar de utilizá-las” (PIRES; XIMENES, 2021; IHRA, 2010). Além disso, não se trata de um conjunto de diretrizes

rígidas, mas sim, princípios para guiar a intervenção junto a pessoas que usam drogas (MESQUITA, 2020; PINTO; OLIVEIRA; DUARTE, 2015; FORTESKI; FARIA, 2013).

Entre os princípios da RD temos o de não culpabilizar a pessoa usuária pelo uso. Tal fato, proporciona que a pessoa que está sendo acolhida se vincule a quem a acolhe. Acontecimento que é fundamental para a possibilidade da construção de uma relação funcional com a substância em questão. Além disso, ela não é reduzida ao seu uso, o que por vezes é notável quando pejorativamente grupos humanos são reduzidos a “maconheiros(as)” e “crackudos(as)”. Dito em outras palavras, na perspectiva da RD a pessoa que usa drogas continua sendo pessoa, ela não é reduzida ao rótulo da substância de sua preferência ou que tenha desenvolvido alguma relação problemática.

Cabe salientar que a RD consiste de um paradigma consolidado na saúde pública e na abordagem de pessoas que usam drogas, incorporada nas Políticas Públicas nacionais em saúde mental, a partir da Lei 10.216/2001, Lei da Reforma Psiquiátrica. Pernambuco apresenta uma história particular na implementação das práticas de RD, junto com os movimentos em Salvador, São Paulo e Santos, ainda nos anos 90, e com maior força durante os anos 2000, seja na implementação dos serviços substitutivos como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades de Acolhimento (UA/Casas do meio do caminho) (RAMEH-DE-ALBUQUERQUE et al., 2017; DE OLIVEIRA; SANTOS, 2010; MEDEIROS et al., 2010), ou mesmo de reinvenções da RD, como no caso do Programa Atitude (RIGONI; BREEKSEMA; WOODS, 2019; WEST, 2016).

As décadas de 2010 e 2020 no Brasil têm sido marcadas por movimentos contrarreformistas da saúde mental, pró-manicomiais, desta forma, dirigidas ao desmonte do recente aparato público de atenção às pessoas que usam drogas, incluindo Recife-PE (DE ARAÚJO, 2022; CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020; GUIMARÃES; DOS SANTOS ROSA, 2019), apesar dos núcleos de resistência vislumbrados pelos movimentos dos trabalhadores de saúde mental, álcool e outras drogas, movimentos sociais como a Marcha da Maconha (BRANDÃO, 2020) e, mais

recentemente, do surgimento no terceiro setor da Escola Livre de Redução de Danos. Tal enfraquecimento da Redução de Danos na década de 2010 não se restringiu apenas ao Brasil, mas constituiu-se como um efeito percebido em toda a América Latina (PIRES; SANTOS, 2021).

A proibição do uso de drogas é tema da agenda de políticos conservadores. A partir da difusão de um medo generalizado que vincula a imagem da pessoa que faz o uso a alguém com problemas. Associação que desconsidera que a maior parte das pessoas que é usuária de substâncias lícitas e ilícitas vive sem problemas, apesar do uso (HART, 2021). O que torna evidente a importância de questionar o que para além do prazer proporcionado pelas drogas ocasiona problemas para uma pequena parte das pessoas que as usam. Olhar para tal questão sem a lente do preconceito e do pânico moral é um princípio da RD e indica caminhos para soluções mais eficazes que o proibicionismo, que historicamente já se mostrou ineficaz (ESCOHOTADO, 2017).

Ressaltamos que o foco na abstinência e exclusão enquanto medidas de cuidado, conforme alterado pela Lei nº 13.840/2019, e assim, modifica e redireciona diretrizes de diversas leis relacionadas à saúde mental e políticas de drogas, representa um retrocesso na forma da construção postulada para as políticas de drogas no Brasil. A presente pesquisa está sendo realizada durante um difícil momento político do Brasil, com a saída de um presidente relacionado a movimentos de caráter fascista, e a nova reconfiguração para um presidente que busca recolocar o campo democrático, responsável também pela implementação das bases da Reforma Psiquiátrica.

Ainda assim, o crescimento do conservadorismo faz com que Comunidades Terapêuticas continuem a ganhar espaço na política de drogas, mesmo representando a lógica manicomial, pois a temática de drogas é sensível, visto que as pessoas foram e são educadas para temê-las. A escrita do mesmo é também uma forma de cobrar que os espaços que trabalham alinhados aos princípios da RD sejam fortalecidos. Além disso, temos um crescente desinvestimento nos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (Caps AD), enquanto as

Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos (Clínicas de Reabilitação), privadas, crescem (PIRES; XIMENES, 2021; CRUZ et al., 2020; GUIMARÃES; DOS SANTOS ROSA, 2019).

A Escola Livre de Redução de Danos (ELRD) fundou-se no Recife em 2019, como uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, e que se coloca como um grupo político-profissional voltado ao *advocacy* da Redução de Danos e fundada por pessoas do campo da saúde mental, álcool e outras drogas. O surgimento da organização se deu em um contexto de desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) e de um crescente investimento em Comunidades Terapêuticas (CT) privadas (QUINTAS; TAVARES, 2020).

Grande parte das CTs apresenta cunho religioso e uma perspectiva moral do cuidado, seja do uso de drogas ou da situação de rua, desconsideram a vontade do sujeito em ambas as situações, com isso, visam a retirada do sujeito da rua e a impor abstinência. Desse modo, são equipamentos responsáveis pela manutenção dos anseios manicomial e de conceitos relacionados, enquanto práticas de saúde, assim, resistência de um modelo arcaico de cuidado pela punição e moralidade, comumente cristã (KREIN, 2022; SCHNEIDER; DE LIMA, 2011). Quanto à abstinência, é importante lembrar que não é excluída nas intervenções em RD, entretanto, apenas se torna o objetivo quando de comum acordo com o sujeito que está fazendo o uso problemático (OLIVEIRA; SAMPAIO; SALDANHA, 2015). Essa diferença sutil é importantíssima, pois ilustra bem a forma como as diferentes perspectivas entendem os sujeitos em questão.

A ELRD, além do *advocacy* em RD, tem atuado com a produção de pesquisas e formação profissional, comunicação social e atendimento direto às pessoas que usam drogas (Centro de Convivência, Abordagem Social⁵, Grupo Reflexivo⁶ e Apoio

⁵Referente ao tipo de serviço extramural em que equipe de redutores de danos se desloca pelo território, visando cenas de uso ou de convivência nas ruas, ou locais específicos, como viadutos, praças e casas abandonadas, para intervir por meio de atividades diversas, lúdicas, informativas, com distribuição de insumos e realização de encaminhamentos.

⁶Os Grupos reflexivos têm sido realizados na ELRD em parceria com o I Juizado Especial de Crimes (I Jecrim), como forma de cumprimento de pena alternativa, prevista no artigo 28 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), que define as penalidades para pessoas flagradas por porte e consumo pessoal de substância ilegal, pessoas usuárias de drogas.

Psicológico⁷). A experiência do Centro de Convivência, primeira dessa tecnologia social em saúde mental aplicada às pessoas que usam drogas no nordeste brasileiro, é, conforme a portaria nº 3.088/2011 “unidade pública, articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à Rede de Atenção Psicossocial, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade” (BRASIL, 2011). Assim sendo, é notória a importância dos momentos de descontração nos quais, as/os conviventes usuárias/os dos serviços podem “baixar a guarda” das tensões cotidianas que compõe a situação de rua.

Segundo o Art. 2º do Estatuto Social da Escola Livre de redução de Danos esta “tem por finalidade favorecer processos de formação e articulação política das pessoas que usam drogas e profissionais da redução de danos, reconhecer e difundir a produção acadêmica e social, conceitos e práticas cotidianas no cuidado e acolhimento das pessoas que usam drogas, estimular o aprendizado entre pares e diálogo local, regional, nacional e internacional sobre a redução de danos. Atuar no controle e elaboração das políticas públicas no campo dos direitos das pessoas que usam drogas”. Observa-se desse modo uma diferente perspectiva da entidade, voltada a incidir politicamente no conjunto das políticas públicas sobre drogas, norteando-se pelo paradigma da RD, mas também de bandeiras como o antirracismo, antimanicomial, feminismo e Direitos Humanos.

A inserção da ELRD e seu trabalho social no centro da cidade do Recife, tem se incorporado e dialogado com a Raps, representando um espaço a mais de cuidado psicossocial e socioassistencial na região central da capital pernambucana com maior concentração de pessoas em situação de rua, com mais de 1800 pessoas contabilizadas, segundo o último censo da população em situação de rua (MIRANDA, 2023). É importante pontuar que a vulnerabilidade social pode ter relação com o uso problemático de drogas, mas não de forma determinante. Segundo a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008) cerca de 35,5% da população se encontra em situação de rua por motivos relacionados ao consumo de substâncias. Sendo assim, é válido salientar

⁷Serviços de psicoterapia, psicoterapia breve, plantão psicológicos, terapia de grupos, etc.

que é um número expressivo, cerca de um terço da população, mas não é o único fator que pode levar uma pessoa a tal situação. Tal apontamento é feito no intuito de evitar uma estigmatização da pessoa em situação de rua, pois o indivíduo e uso problemático de substâncias psicoativas podem estar relacionados ou não com a sua condição de vida e cidadania.

Ao focar na relação, propiciar o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e olhar para todo o contexto e não apenas para fragmentos dele (como a situação de rua ou uso problemático de drogas), a RD proporciona uma outra relação com tais questões. Reconhece o fenômeno de resistência de movimentos sociais e institucionais à manutenção do modelo de cuidado às pessoas que usam drogas e em vulnerabilidade social, bem como do momento oportuno de possível reflorescência da Redução de Danos após a resistência aos movimentos contrarreformistas que se fortaleceram durante a gestão de Dilma/Temer e do Governo Bolsonaro, a Escola Livre se apresenta enquanto um campo vivo da Redução de Danos, outrora institucionalizada e endurecida nas Políticas Públicas brasileiras. Assim, também a experiência inédita do Centro de Convivência, da Escola Livre de RD, para pessoas que usam álcool e outras drogas, fez-se importante caracterizar as práticas de RD neste contexto e analisar o material produzido nas relações entre atendidos e a instituição, na busca de evidenciar efetividades e novas práticas que possam ser replicadas nas políticas públicas sobre drogas.

Deste modo, foi objetivo do presente trabalho avaliar os impactos das intervenções e práticas de redução de riscos e danos do Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos para pessoas que usam álcool e outras drogas, com foco no traçado do perfil socioeconômico e sociodemográfico das pessoas atendidas no Centro de Convivência, descrição de atividades realizadas no projeto com mulheres e ações de Redução de Danos no Carnaval de Olinda, assim como avançar na compreensão dos marcadores sociais de raça⁸ e gênero e suas influências nas estruturas de poder dentro da instituição.

⁸Nesse caso, o entendimento de raça é social, visto que, em nossa sociedade a cor da pele da pessoa interfere na forma na qual ela será tratada.

Metodologia

Para atingir os objetivos propostos foram utilizados os bancos de dados oriundos das Fichas de Acolhimento (FICA), utilizadas para registro de novos atendidos, no período de março/2021 a setembro/2022, relatórios técnicos, relatorias produzidas pelos profissionais agentes redutores de danos sobre as atividades do Centro de Convivência e do Projeto Todas Livres. Assim como os dados produzidos ao longo das observações feitas durante os dias de reuniões e convivências. Utilizando da autoetnografia, por compreender, que minha presença no campo afetou e foi afetada por ele (SIQUEIRA; FAVRET-SAADA, 2005), sendo assim, foi fundamental desvelar minha presença.

Para traçar os perfis socioeconômicos e sociodemográficos dos atendidos pelo Centro de Convivência e no âmbito do Projeto Todas Livres foram utilizados os dados tabulados em planilhas geradas a partir do formulário eletrônico FICA. Os dados foram analisados de forma descritiva, considerando variáveis como idade, cor/raça, gênero, orientação sexual, escolaridade, assim como questões referentes à realidade social e acesso básico de saúde e ao uso de substâncias, por exemplo, situação de moradia, frequências de lavagem de roupas, escovação dental e banho. Ademais, foi observado como os marcadores sociais influenciaram na organização da ELRD.

Diante da análise dos dados que encontram as observações feitas em campo, foi utilizada a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) para buscar discutir os dados em questão. Busquei considerar que o olhar voltado apenas para o uso – problemático ou não – das pessoas que convivem no lugar da ELRD, sem considerar os marcadores de raça, classe e gênero, promoveria a produção de invisibilidades que dificultariam a complexificação das questões que atravessam o uso de drogas. Além disso, a ideia de *cruzo* proposta por Luiz Rufino (2019), dialogou com a interseccionalidade ao propor que cada pessoa é composta pelos múltiplos atravessamentos que fazem de cada corpo uma *encruzilhada*.

A descrição e caracterização das práticas de RD no âmbito do Centro de Convivência foram realizadas por meio de acesso aos projetos institucionais, relatórios de equipe e relatorias de reuniões periódicas de planejamento. Também foram realizadas notas observacionais dos serviços e práticas em funcionamento. Para isso foi realizada a Análise Documental, definida como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), assim, pode ser desenvolvida de variadas fontes de diferentes documentos consistindo em uma definição ampla do que se entende por documentos, incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc. (LIMA-Jr. et al., 2021).

O percurso da pesquisa mostrou que foi importante uma forma de fazê-la em que os pesquisadores envolvidos se implicassem, visando esse objetivo, optamos pela autoetnografia que segundo Raimondi et al. (2021) é uma forma de tensionar o “eu” e o coletivo ao longo da escrita. Foi devido a isso que busquei uma escrita na primeira pessoa, pois intencionei evidenciar minha presença nela. Foi válido ressaltar que essa pesquisa quando posta em prática ocasionou o encontro de um pesquisador homem cisgênero e branco com uma equipe composta em sua maioria por mulheres cisgênero e negras. Tal forma corporificada de produzir conhecimento reconheceu a presença da/o cientista e compreendeu a impossibilidade da neutralidade, foi fundamentada pelas epistemologias feministas (HARAWAY, 1995). Além disso, entre as pessoas que conviveram enquanto usuárias/os dos serviços também houve um predomínio de pessoas negras. Logo, a autoetnografia se mostrou como uma ferramenta metodológica que pode tornar o presente trabalho mais coerente com o que ele se propôs a fazer.

Percebi na autoetnografia uma forma coerente de narrar o que foi até o momento observado nas convivências na ELRD. “Sendo a etnografia o projeto de escrita sobre uma cultura, Lionnet sugere que a autoetnografia é a problematização das resistências entre o “eu” (auto) e o coletivo (etno) no ato de escrever (grafia)” (RAIMONDI et al, 2021). Logo, como desde o primeiro contato com o campo tenho sido afetado por ele, uma escrita que considerasse explicitamente esse “eu” me

pareceu ser um bom caminho metodológico. Além disso, foi uma forma de me posicionar contra a forma de se fazer ciência que falsamente se propõe neutra⁹.

A afetação que trouxe neste texto foi fundamental para a construção do mesmo, pois os conhecimentos produzidos ao longo da pesquisa foram um produto coletivo. Como propôs Siqueira e Favret-Saada (2005), eu não fui contra a afetação que o campo me causou, mas sim me permiti ser por ele atravessado e assim o incorporei no meu fazer científico. Foram conhecimentos trocados cotidianamente tanto com a equipe quanto com as pessoas que utilizaram os serviços da ELRD que compuseram tal trabalho. Por vezes, optei pela terceira pessoa e outras pela primeira, para evidenciar que existe uma presença individual e uma coletividade na construção deste texto.

Por fim, com vistas a preservar a identidade das pessoas que conviveram na ELRD os nomes foram devidamente alterados por outros nomes fictícios. Porém, optei por nomes de pessoas para manter a pessoalidade ao invés de usar códigos ou nomes impessoais. Além disso, por meio da ferramenta da interseccionalidade, descrevi cada pessoa citada nas notas de rodapé, para que ficasse evidenciado a partir de que vivência cada um/a falava.

Resultados e discussão

Perfil Sociodemográfico e Socioeconômico de Conviventes do Centro de Convivência

Foram analisadas 341 fichas cadastrais das/os usuárias/os dos serviços. Com relação a idade (n=341), tem-se a média de aproximadamente 37,1 anos (DP=11,1) e 75% dos registros apresentam pessoas com idade até 44 anos. A idade mínima foi de 18 anos e a máxima de 74 anos. A autodeclaração de cor/raça apresentou 78,7% de pessoas pardas e pretas (N=339) e 18,5% se autodeclararam brancas. Quanto ao gênero (N=336), 92,6% se identificaram como cisgênero (71,4%

⁹Destaco propositalmente o **eu** dentro da palavra para evidenciar que a neutralidade se trata de uma tentativa de encobrir uma pessoa que produz ciência a partir de um ponto de vista. Sou atravessado por uma experiência de raça, classe e gênero (sou um homem cisgênero, branco e criado na classe média). Tal forma de se fazer ciência dialoga com a minha formação junto às epistemologias feministas e seu princípio de produzir um saber localizado em um corpo.

e 21,1%, homens e mulheres, respectivamente), enquanto 0,9% se declarou homem transgênero, 6% mulher transgênero e 0,6% se declararam travestis. Quanto à orientação sexual (N=333), 87,7% se declararam heterossexuais, 5,1% homossexuais, 5,7% bissexuais e outras orientações foram citadas por 1,5%. O estado civil (N= 283) da maioria das pessoas foi de solteiro (79,9%), 6% de divorciados e 13,4% de pessoas casadas. Outros estados civis foram declaradas por 0,7%.

O documento de identificação é uma ferramenta importante para o acesso a direitos e cidadanização, mesmo assim, apenas 58,1% das pessoas que responderam o FICA o possuíam. A escolaridade das pessoas foi baixa (N=274), com 58% das pessoas analfabetas (5,5%) ou com ensino fundamental incompleto (36,9%) ou fundamental completo (15,7%). Outros 37,5% declararam ter o ensino médio incompleto (15%) ou completo (22,6%) e apenas 4,4% declararam o ensino superior incompleto (2,2%) ou completo (2,2%). 77,4% das pessoas afirmou ter alguma profissionalização (N=234), enquanto 22,6% não identificaram uma profissão. Apesar de a maioria apresentar alguma habilidade profissional, apenas 7,1% das pessoas se declarou ter um emprego (formal ou informal) e 92,9% se declarou desempregada (N=212). Entre os/as que se declararam desempregados/as, 38,7% o estavam há pelo menos um ano e 60,7% estavam há mais de um ano (máximo= 20 anos), destes 49,4% estavam desempregados entre 1 e 5 anos. Cerca de 60% afirmaram ter filhos/as (N=317), em média 1,5 filhos (DP=2,2; variação de 1 a 19 filhos), destes 48,6% têm até 3 filhos e 10,7% mais de 3 filhos/as.

A situação de rua foi declarada por 95,8% das pessoas, destas 24,9% vivem na rua, mas não dormem nela, já 70,9% vivem e dormem na rua e apenas 4,2% das pessoas que frequentaram o serviço declararam ter alguma moradia (seja abrigo, casa própria, de parentes ou amigos) (N=337). A imensa maioria das pessoas dorme em locais do centro da cidade, próximas das imediações onde se encontra o serviço da instituição. A maioria das pessoas (88,8%) frequenta o serviço com interesse em utilizar a lavanderia do serviço (que oferece lavagem e secagem

em máquinas) (N=329). Sobre a frequência de lavagem de roupas (N=312), 6,4% das pessoas informaram não possuir roupas ou descartarem após o uso, já 8,3% lavam menos de uma vez por semana, enquanto a maioria lava roupas pelo menos semanalmente. Quanto à frequência de banhos (N=305), 9,5% informaram não tomar banhos todos os dias e 90,5% afirmaram tomar banhos ao menos uma vez por dia ou mais de uma vez (49,2%). Entre os lugares que as pessoas buscam realizar o asseio se encontram desde os banheiros de serviços públicos e de instituições sem fins lucrativos, quanto em locais públicos (torneiras e fontes) na cidade. Quanto ao asseio bucal (N=301), 10,6% afirmaram não escovar os dentes todos os dias. Cerca de 24,5% afirmaram estar utilizando alguma medicação (N=291), comumente medicamentos psiquiátricos.

Quanto ao uso de substâncias, o perfil foi de poliusuários/as, com 15,7% de uso de solventes (N=254), 10,4% de inalantes (N=251), 18,4% de uso de cocaína (N=250), 45,9% de uso de crack (N=255), 60,9% de uso de álcool (N=253), 56,7% de uso de maconha (N=256) e 57,4% de uso de cigarros/tabaco (N=256). A maioria dessas pessoas apresenta vínculo com algum serviço da Raps (68,4%), entretanto 31,6% das pessoas não apresentavam qualquer referência de cuidado, acolhimento ou tratamento. Foi feita uma pergunta se as pessoas já haviam ouvido falar sobre redução de danos e apenas 36,5% responderam afirmativamente (N=208).

Em relação ao recebimento de benefícios sociais (N=341), 68,6% informaram não ter qualquer benefício, enquanto 22,9% recebiam Bolsa Família, 0,9% BPC (Benefício de prestação continuada), 0,3% Aluguel Social e 7,3% outros tipos de benefícios. Cerca de um quinto das pessoas (21,3%) afirmou estar com alguma pendência na justiça (N=164), enquanto 33,5% foi egresso do sistema judiciário (N=173). A maioria apresentou algum contato com familiares (56%) (N=259).

Observações do campo

A entrada no campo foi crucial para o bom andamento da pesquisa, foi importante o zelo e atenção para lidar com as tensões que surgiam frente a

desconfiança da equipe com o fato de um pesquisador externo a observar o seu trabalho. Foi necessário encontrar um meio termo da minha presença no espaço. Era importante ser visto como parte ao mesmo tempo em que deveria me manter com algum grau de distanciamento, para assim, poder analisar criticamente os fenômenos observados.

As primeiras semanas foram permeadas por perguntas sobre o objetivo da pesquisa, um esforço para ser percebido enquanto parte da convivência e adaptação à rotina da ELRD. Junto a isso o meu próprio estranhamento de chegar em um espaço desconhecido, cuja dinâmica de funcionamento já estava estabelecida. Assim como eu era um desconhecido para as/os conviventes usuárias/os dos serviços, que aos poucos foram me percebendo como mais um convivente. Um percurso do estranhamento para a familiaridade, no qual, pude observar as convivências enquanto também convivía e escutar histórias¹⁰ daquelas/es que se sentiam à vontade para falar sobre si para mim.

Nas interações com o campo, tenho cuidado para não me confundir diante das minhas funções na ELRD. Fui um pesquisador “na” Escola e não “da” Escola, e como pesquisador tive um objetivo específico distinto das demais pessoas que ali conviveram – sejam elas da equipe ou usuárias dos serviços. Ainda assim, por vezes, no dia a dia as atividades que desenvolvi no espaço se assemelharam a de estagiárias/os e voluntários/as. Logo, daí veio a importância de estar continuamente atento às minhas atribuições e ao lugar que ocupava na ELRD.

Por outro lado, caso eu não me dispusesse a ser parte, não acessaria o material mais rico da pesquisa, que foram as redes de afetos tecidas nas convivências. A minha inserção no coletivo aconteceu gradualmente e até mesmo em momentos além do horário da convivência, quando a equipe parava para conversar sobre como foi o dia. Comentar dos desafios vivenciados ou até mesmo

¹⁰ Escutar histórias e narrar algumas minhas também, visto que o encontro se dá pela troca, era justamente quando eu falava de mim mesmo que as pessoas se sentiam mais confortáveis para falarem de si. Isso foi perceptível nas conversas em roda. Aqui recordo uma roda de conversa sobre uso de drogas que inicialmente as pessoas estavam em tom jocoso deslocando o foco para o outro, mas a partir do momento em que eu e as redutoras de danos nos colocamos enquanto pessoas também usuárias de drogas, as pessoas conviventes usuárias dos serviços passaram a falar também do próprio consumo de substâncias psicoativas.

falar de outros assuntos não necessariamente vinculados ao trabalho. Ganhar a confiança tanto da equipe quanto das pessoas conviventes usuárias dos serviços foi passo fundamental para a pesquisa. Dito de outra forma, ela só aconteceu pois passei a compor a rede de afetos.

Nesse percurso, percebi que o momento em que fui convidado a participar das reuniões semanais de planejamento marcaram bem a transição entre ser um elemento externo e passar a ser alguém do convívio. Diante disso, foi interessante notar a forma como a tensão que senti nas primeiras reuniões se dissipou. Inicialmente, me percebia observado pelas pessoas com quem convivía e observava desde o começo da pesquisa. Elas vertiam seus olhares para mim e questionavam os pontos em que eu me apoiava para construir a pesquisa. Afinal, era preciso verificar se existia um alinhamento ético meu com o grupo.

Compreendi a entrada no campo como um momento em que foi evidenciado a afetação em mim sentida pelo contato. Sendo crucial salientar que foi a partir da aceitação das/os conviventes usuárias/os dos serviços que a equipe da ELRD também passou a aceitar a minha presença. Por vezes, era perceptível o desconforto da equipe que pretendia compreender minha presença no lugar. Eu me via como sendo alguém que habitava um “entre”, nem totalmente parte da equipe – já que as funções por mim assumidas eram mais no sentido de participar da rotina – nem como convivente usuário do serviço, pois eu não estava presente ali com tal finalidade. Para compor a rede de afetos que estrutura a ELRD foi preciso me mostrar disponível e comprometido com o espaço, com isso, importante frisar que foi a partir do momento em que pude me dedicar integralmente à ELRD, possibilidade pela qual também foi possível graças à concessão como bolsista do Programa de Iniciação Científica da agência estadual de fomento Facepe (Fundação de Amparo à Ciência de Pernambuco). Evidencio aqui, que apesar das dificuldades de fazer render o valor da mesma, imprescindível para o suporte das aspirações de pesquisa e trabalho. Assim, a equipe me viu como parte dela.

Tais observações me apontaram para um fator que pareceu ser fundamental para a organização da ELRD: os laços afetivos foram importantíssimos

para a sua organização. Isto foi evidenciado nos momentos de supervisão institucional, nos quais, as pendências das convivências eram revistas com a finalidade de resolver possíveis ruídos na comunicação. Assim como, receber orientações de como lidar com as diversas questões que as conviventes usuárias/os dos serviços nos apresentavam. Ao entrar em contato com a história da ELRD, pude perceber que a importância de tal rede de afetos foi algo que existia desde o princípio da mesma.

Aqui cabe um apontamento que acredito ter sido fundamental para a construção do presente trabalho: todas/os aqueles que frequentaram a ELRD são conviventes. Porém, convivemos por diferentes razões: há quem seja usuário/a dos serviços e as muitas funções exercidas pela equipe. Recordo uma tarde de convivência quando Patrício¹¹ questionava sobre a dinâmica da escolha do filme a ser assistido na tarde de convivência e, a partir disso, apontou para as diferenças de acessos entre as conviventes que são parte da equipe da ELRD e das que são usuárias/os dos serviços. Nesse momento, Rafael¹² interrompeu: “deixa disso, aqui é todo mundo igual!”. Ao que Patrício respondeu discordando de tal afirmação. Em outra ocasião, assistíamos ao filme do Besouro¹³, e uma cena tensa de violência cometida contra pessoas escravizadas acontecia; nesse momento, Patrício nos olha e diz: “tá vendo aí. É só desgraça que vocês brancos fazem com a gente!”. Eu era um dos brancos com quem ele falava e no momento em que ele falou apenas consegui sentir um profundo constrangimento. Foi algo constante nas tardes de

¹¹Um convivente usuário dos serviços. Homem cisgênero, negro, que alternava entre estar em casa com a família e na rua. Bastante questionador, era recorrente ele fazer falas sobre como para a ELRD se tem tudo e para “eles” – conviventes usuários dos serviços – tudo era mais difícil. Além disso, ele foi uma presença que propôs uma distribuição das tensões de raça e classe. Assim como era brincalhão e gostava de se colocar como um membro antigo nas convivências.

¹²Convivente usuário do serviço. Homem cisgênero, negro, passa por períodos na rua, mas por vezes retornava à casa da mãe. Ele comentava sobre voltar a estudar, terminar o colégio. À primeira vista ele parecia ser tímido, porém se mostrou conversador, com mais abertura após o vínculo.

¹³Filme de 2009, dirigido por João Daniel Tikhomiroff, que conta a história do Capoeirista Manuel Henrique Pereira

convivência, algo que entendi como a redistribuição da tensão¹⁴ racial, de classe e de gênero.

Ao observar a equipe da ELRD, notamos que houve um predomínio de mulheres cisgênero não brancas. Já entre as pessoas que são conviventes usuárias/os dos serviços houve o predomínio de homens cisgênero não brancos. Porém, a presença das mulheres trans e travestis é bem marcante, visto que, muitas delas têm um vínculo com a ELRD e continuamente se fizeram notar quando presentes no espaço. Como em uma tarde em que ouvíamos músicas e conversávamos e então, Raquel¹⁵ olhou para um grupo de pessoas cisgênero da equipe e afirmou que eram todas aberrações devido a porem ela uma presumida heterossexualidade. Tal fato, também evidencia outro ponto importante de ser desvelado na convivência: devido ao alto grau de violência que mulheres trans e travestis vivenciam nas ruas, elas costumam ser bastante ariscas¹⁶ nas convivências. Por isso, é fundamental que seja garantido para ela um lugar seguro, onde elas podem de fato descansar das tensões que encontram no dia a dia. Seja na fala de Raquel ou de Patrício, a redistribuição das tensões raciais e de gênero foi parte importante do funcionamento da ELRD. Sendo ela uma forma de não olhar apenas para quem sofre com as opressões, mas também para quem delas se privilegia.

O raio de alcance da Escola Livre é geograficamente limitado pelo fato de que boa parte daquelas/es que a frequentam enquanto usuárias/os dos serviços se deslocam a pé, logo as pessoas que encontramos nelas vivem pelas redondezas da ELRD. Nesse caso, a área da Boa Vista e bairros adjacentes, que compõe o centro da cidade do Recife. Tal fato faz com que encontros aconteçam para além do espaço da ELRD. Pessoas que antes compunham um cenário da cidade passam a serem

¹⁴Entendo como a redistribuição da tensão seja ela racial, de classe ou de gênero, os momentos em que a tensão que geralmente ficava com quem sofre com as opressões é partilhada entre aqueles/as que se beneficiaram da desigualdade, como nos exemplos citados.

¹⁵Convivente usuária do serviço. Travesti, negra, em situação de rua. Adora ouvir música e dançar nas tardes de convivência. Coloca-se com frequência em uma postura defensiva com outras/os conviventes tanto da equipe quanto dos usuários/as dos serviços.

¹⁶Apresentam uma postura defensiva durante as convivências. Com um olhar desconfiado e uma postura combativa, como quem não “baixa a guarda” antes de saber se estão de fato em um local seguro.

reconhecidas por mim em meus deslocamentos. As encontro quando circulo pelo bairro. São nomes, histórias, pessoas que reconheço e me afetam. Às suas maneiras, elas passam a compor a visão de mundo. Através dessa pesquisa é possível notar que a situação de rua é muito mais complexa do que é falada e propagada para aqueles/as que a observam a distância.

Recordei-me da minha infância – menino cis, branco e de classe média – momento no qual me foi ensinado a temer a pessoa em situação de rua. Elas eram pintadas para mim como esses outros despossuídos e que queriam tomar algo que me pertencia. Mais precisamente me recordo do velho do saco. Um homem negro, de barba longa e desgrenhada, com roupas gastas pelo tempo e um saco nas costas. Um saco onde ele levava seus pertences e suas histórias. Eu, pequeno, era colocado no lugar de temer esse homem. O que de tão perigoso ele poderia me contar que era preciso me afastar dele? Hoje, na ELRD, entro em contato com muitas histórias. Muitos “homens do saco” passam por mim. Pessoas ávidas por se narrarem, os momentos em que os/as conviventes usuários/as dos serviços falam sobre si são potentes enquanto estratégia de redução de danos, pois neles, lembrarem-se que são muito mais do que a situação de vulnerabilidade na qual se encontram. Lembrei-me dos olhos marejados ao narrarem a si mesmos, seja em roda, num jogo de dominó ou até mesmo em uma conversa descontraída enquanto o tempo passava. Foi algo recorrente nas convivências, as pessoas querem falar e sempre que havia um lugar a se ocupar. Como foi o caso de Marina, que nos muitos momentos de roda pedia a palavra para contar algo sobre si. Ela se contava e recontava, por vezes, distanciava-se até do tema em questão, fato que apontou para um ponto fundamental da prática de RD dentro da ELRD: era preciso disponibilidade para escuta, assim como saber gerir o tempo para que *todes* conseguissem ter acesso a um lugar para falar, caso assim o desejassem. Saber circular a palavra entre todas as pessoas presentes para que quem quisesse falar, assim o fizessem. Com isso, criamos um lugar no qual foi possível as partilhas

Ao longo das observações pude participar do planejamento anual da ELRD, assim como, das reuniões semanais. Momentos em que pensamos nas

possibilidades de intervenções no lugar. Com um convite explícito para que cada pessoa ofertasse à Escola seus conhecimentos, foi tecido uma rede de cuidados a serem oferecidos para os/as conviventes usuários/as dos serviços. Além disso, foi notável que o cuidado entre pares era algo potente nos momentos de convivência. Como um dia em que ao falar do uso de substâncias diversas, alguns conviventes relatavam entre si as estratégias para um uso não problemático. O que remontava para um diferencial da redução de danos, que foi o fato de ser promovida de usuárias/os para usuárias/os. Nesse ponto, seguindo a ideia de Carl Hart (2021) foi importante “sair do armário” quanto ao uso de drogas. A ELRD é uma organização não governamental de usuárias/os que trabalham com usuárias/os em vulnerabilidade social. O que evidencia que o problema não era o uso de drogas, mas sim o lugar que esse uso ocupa na vida de cada pessoa, a relação que cada uma constrói com suas substâncias preferidas, em contextos de vida, para a grande maioria das pessoas, promotores ou facilitadores de adoecimentos sociais.

Projeto Todas Livres

O projeto Todas Livres foi pensado para travestis e mulheres (cis e trans), preferencialmente negras¹⁷ e que estavam em situação de rua e/ou uso abusivo de álcool e outras drogas. O objetivo era promover uma formação política e construir autonomia através dos princípios da RD. Meu contato com o projeto se deu a partir da leitura de documentos¹⁸ – relatorias, o projeto em si, fotos – assim como pela observação e relatos daquelas que continuaram vinculadas à Escola Livre de Redução de Danos. Além disso, pelos relatos das pessoas da equipe que compuseram o mesmo.

Um ponto que diferenciava o projeto dos dias comuns de convivência foi o fato de que as participantes recebiam uma ajuda de custo para possibilitar a

¹⁷ A questão étnico-racial foi importante para tal projeto, visto que pessoas brancas, ainda que em situação de vulnerabilidade, tinham inerentemente na cor de suas peles um privilégio que valia como um capital simbólico. Porém, conforme destaque no projeto, isso era preferível, mas não excluía a possibilidade de participação de pessoas brancas.

¹⁸ Com relação ao registro da memória do projeto Todas Livres, alguns dos documentos estavam incompletos – como relatorias que se perderam ou não foram construídas. Diante disso, a pesquisa se deu de forma a preencher as lacunas a partir de diálogos com as pessoas nele envolvidas.

participação no projeto. O que me remeteu à fala de uma convivente que teve acesso durante a pesquisa em campo: “elas vinham no projeto só por causa do dinheiro, foi só acabar o dinheiro que elas pararam de vir”. Essa era a perspectiva dela, que não condizia totalmente com o que ocorreu após o término do projeto, visto que algumas delas continuaram vinculadas à instituição. Porém, tal provocação trazia consigo a reflexão de como se deu também o meu próprio vínculo com a instituição, pois foi a partir da bolsa de incentivo à iniciação científica que pude destinar meu tempo para a realização da pesquisa. Logo, por mais que não seja feita exclusivamente pelo recurso da bolsa, este foi um meio que me possibilitou iniciar e dedicar tempo para a pesquisa, como eu já trouxe, anteriormente.

Diante disso, foi possível questionar, se a ajuda de custo por elas recebidas era mesmo o fator que as trazia para o projeto ou se seria também um meio que as possibilitava dedicarem um tempo das suas semanas para si mesmas? Tendo em vista que entre as atividades aconteciam dias mais voltados para o fortalecimento da autoestima e também da autonomia financeira, ter um valor fixo envolvido pareceu fundamental tanto para auxiliar no processo de organizar a vida financeira quanto a viabilizar que, às terças-feiras, estivessem presentes sem ter que se (*pre*)ocupar com algum eventual trabalho que pudesse coincidir com o dia do projeto.

Ao longo do projeto, foi notória a evasão por parte de algumas participantes. Através da análise das atas, pude verificar a queda vertiginosa e repentina no número de participantes na parte final do projeto. Foi avaliado como resultado de um intervalo de férias que quebrou o ritmo e afetou o vínculo delas com o projeto. O que não significou a quebra do vínculo com a ELRD, visto que boa parte delas continuou frequentando o Centro de Convivências. Ainda que de forma intermitente. Assim, inclusive, uma das formas que pude ter acesso às consequências do projeto na vida delas.

Do grupo geral de aproximadamente 20 mulheres, pude conviver com cerca de 10 delas em momentos distintos. Assim, foi notório que o projeto foi decisivo na vida de algumas delas, no sentido de que a partir dele elas puderam

organizar um local de moradia, conhecer formas de continuar seus usos de drogas de forma a não desorganizar a vida. E, o caso mais notório do projeto, o de uma mulher que a partir do projeto se tornou redutora de danos¹⁹. O que remete aos princípios básicos da RD que é o do cuidado entre pares, não apenas para alguém que estudou sobre, mas que vivenciou o estado de vulnerabilidade. Esse fato, garantiu outro repertório para sua atuação como redutora.

Ação Fique Suave no Carnaval 2023

A ação Fique Suave no Carnaval foi um projeto da Escola Livre de Redução de Danos, que, diante da ausência do poder público com relação às ações de RD no Carnaval, promoveu um espaço com a finalidade de receber as pessoas que estavam brincando carnaval nas ladeiras de Olinda. Foi válido salientar que a ação não tinha fins lucrativos e ofereceu práticas de RD. Dentre essas, foi perceptível que a educação sobre drogas era fundamental para que, informadas, as pessoas pudessem se cuidar melhor, caso escolhessem utilizar alguma substância lícita ou ilícita. No caso, a educação em questão foi justamente informar as pessoas sobre os efeitos de cada substância, o perigo das interações de substâncias diferentes e estratégias de RD em caso de efeitos negativos.

A ação fornecia um espaço livre de usos de álcool e outras drogas (Casa Fique Suave) no qual as pessoas poderiam descansar um pouco durante a folia, com acesso a insumos, informação e encaminhamentos. As pessoas o buscaram por motivos diversos: por ser um local seguro para descansar e dormir; por ter passado um pouco do limite – mas não o suficiente para passar mal – e necessitar de um local para se reequilibrar; para beber água, pois havia água gratuita para todas as pessoas no espaço; para uso de banheiros²⁰. Exemplos como um homem

¹⁹Quero destacar que, já fora do Programa de Iniciação Científica, essa participante do projeto Todas Livres, realizado em 2022, Luana, mulher trans, branca, com ensino técnico, trabalha há mais de um ano em um programa governamental, como celetista, iniciou neste ano de 2024 o curso de psicologia, concluindo o seu primeiro período de faculdade. Assim, um impacto transformador, atribuído por ela mesma ao projeto e às reflexões naquele período.

²⁰A questão dos banheiros e os usos das vias públicas como mictórios é uma realidade triste do Carnaval de Olinda. A Casa Fique Suave foi uma ilha de cuidados em um entorno de uso de substâncias por milhares de pessoas, nas ruas, públicos, estimulados para o uso étílico e um estado de alegria embevecido de diferentes fontes de embriaguez, principalmente da cerveja patrocinadora

que havia passado a noite na folia e assim que a casa abriu se recolheu para se deitar em local seguro; ele passou um tempo repousando, no final, só levantou, agradeceu e seguiu. Esse exemplo demonstrou a importância de espaços como esse, pois, evitava que a pessoa se expusesse ao risco de dormir numa praça ou de continuar rendendo a festa para além do limite saudável do necessário repouso e pausa dos usos.

A ausência de políticas públicas pautadas em RD foi notória ao longo de todo carnaval, festa de rua em que é sabido o consumo de álcool e outras drogas – por vezes, de formas abusivas. O uso de álcool é, inclusive, amplamente promovido pelo próprio carnaval, já que marcas de cerveja patrocinam a festa. Apesar disso, a Prefeitura de Olinda pareceu não entender como responsabilidade da saúde pública local promover RD ao longo da festa. Diante disso, a ELRD promoveu essa ação, com a intenção de evidenciar a importância de cuidados durante o Carnaval – assim como, para além dele. Por vezes, entendeu-se como prática de RD a troca de garrafas de vidro por garrafas plásticas, o que de fato é uma medida interessante. Porém, não deveria estar restrita a isso²¹.

A Casa Fique Suave em si consistiu de um espaço de descanso, onde não era permitido o uso de nenhuma substância e servia para o descanso ou reorganização das pessoas – naqueles casos em que necessitassem de acompanhamento médico, esses eram direcionados e encaminhados aos postos de emergência do Carnaval. Porém, foram muitos os casos em que só era preciso sentar um pouco longe da agitação das ruas para se recompor. Como bem disse um folião ao passar pela casa: “hoje eu quero voltar para casa, não para UPA²².” logo depois de agradecer pela iniciativa da ELRD. Além disso, era ofertada água gratuita, venda de lanches leves (caldinhos diversos, cachorro quente e salada de frutas) por

do evento.

²¹Parece-me importante refletir sobre as atuais misturas entre religião e Estado, e a visão de mundo dos representantes governamentais, que parecem determinar, neste país, que políticas públicas devem ser ou não desenvolvidas, quais devem ser sucateadas e negligenciadas. Foi o caso da RD em Olinda, governado por um prefeito evangélico, dono de Comunidades Terapêuticas, que tem sistematicamente negligenciado o evento do Carnaval, mas que também proibiu as equipes de profissionais em citar a Redução de Danos e se reconhecerem como desenvolvedores dessas ações, pela Secretaria de Saúde, segundo relatos de trabalhadores da Raps de Olinda.

²² Unidade de Pronto Atendimento, serviço de caráter emergencial do Sistema Único de Saúde.

peças parceiras, e distribuído (também gratuitamente) um kit com insumos para uso seguro de substâncias – papéis de seda, filtro, piteira, material informativo, canudos descartáveis, preservativos, pirulito, protetor labial, um cartão e protetor solar – que possibilitavam e estimulavam práticas de redução de danos para aquelas(es) que optassem por usar drogas ao longo dos dias de festa. Uma apologia ao cuidado, visto que incentivava que as pessoas usuárias de substâncias se cuidassem, assim como, estendessem o cuidado àquelas que estavam próximas.

Entretanto, mesmo a RD normatizada pela Portaria 1.028/2005 do Ministério da Saúde, com respaldo legal para ser realizada, houve uma tentativa de criminalização da ação Fique Suave no Carnaval^{23,24}. A partir do argumento de que a ELRD fazia apologia ao uso de drogas. Tal afirmativa chegava a ser absurda, pois, bastava observar o entorno para que se percebesse que as pessoas já faziam o uso de drogas lícitas e ilícitas no Carnaval. O que uma ação como essa propunha era que se fosse usar drogas, reduzisse os danos. Isso sim foi um diferencial, pois na escadaria da Rua Treze de Maio – a rua onde estrategicamente foi alugada uma casa para a ação, devido ao histórico de uso de substâncias na mesma – havia pessoas usando drogas da forma que lhes fosse possível. Inclusive, muito antes da ação acontecer. Diante disso, ficou o questionamento: por que criminalizar uma ação de cuidado que acontece em uma ausência do poder público? Pois é notório, que com ou sem a Casa Fique Suave no Carnaval, as pessoas iriam utilizar drogas lícitas e ilícitas durante a festa²⁵.

²³<https://www.brasildefatope.com.br/2023/03/01/tentativa-de-criminalizacao-da-reducao-de-danos-no-carnaval-de-olinda-gera-mobilizacao-nacional>

²⁴<https://marcozero.org/preconceito-e-desinformacao-levam-espaco-de-reducao-danos-a- virar-caso-de-policia-no-carnaval/>

²⁵A tentativa de criminalização da Ação Fique Suave no Carnaval de Olinda 2023 é uma questão sensível e implica uma série de conflitos de interesse político ao longo das décadas. Com o avançar do fundamentalismo no campo político, o fortalecimento de Comunidades Terapêuticas de cunho religioso tem se expandido desde a Reforma Psiquiátrica, na contramão dos princípios da Saúde Mental brasileira. Políticos estão entre os principais promovedores desses espaços, e com base em construções legislativas vem conseguindo mais financiamentos para esses espaços asilares, em detrimento de leitos nas Unidades de Acolhimento. O caráter de disputa políticas das narrativas proibicionistas apresentam impactos sobre as ações de saúde para pessoas que usam drogas (<https://www.camara.leg.br/noticias/959294-PROJETO-LIMITA-LIBERACAO-DE-RECURSOS-PARA-REDUCAO-DE-DANOS-NAS-ACOES-CONTRA-DROGAS> e <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/02/escola-livre-de-reducao-de-danos-rebate-parlamentares-que-acusaram-ent.html>).

A criminalização da redução de danos não é novidade. Recordamos do caso de Santos, 1989: quando uma ação de distribuição de seringas para pessoas usuárias de drogas injetáveis foi criminalizada, levando à prisão profissionais de saúde à época. A ação visava evitar o compartilhamento e reutilização de seringas, prática que fazia com que esse público ficasse suscetível à contaminação de doenças como HIV e Hepatite, elevadas naquele tempo, com registros de taxas de contaminação em 50% dos usuários de drogas injetáveis (MESQUITA, 2020; PASSOS; SOUZA, 2011).

A criminalização ocorreu em um contexto de disputa pela forma do cuidado das pessoas que faziam uso de drogas de forma problemática. Entre a lógica manicomial, que propunha isolar as pessoas da sociedade, impor a abstinência como único caminho e, que aparece atualizada nas Comunidades Terapêuticas; e o cuidado em liberdade, cujo foco é na Redução de Danos, com vistas a fortalecer a autonomia das pessoas e prezar pela valorização dos direitos humanos. Esse acontecimento não compôs diretamente o tema da pesquisa, mas como o objetivo foi avaliar e validar os Centros de Convivência como estratégia de RD e a Casa Fique Suave era um espaço de convivência durante o carnaval, fez-se importante incluir o ocorrido na pesquisa. Além disso, evidenciar a dificuldade que a RD encontra para a sua execução, dado o forte estigma social e preconceito que acompanham as pessoas que usam drogas.

Conclusões

A observação do campo foi importante, assim como o tempo para refletir acerca delas e comparar os resultados com o material oriundo da análise documental. Nesse sentido, a conclusão se deu no encruzilhar do que foi visto com o que estava registrado. Por vezes, as informações corroboravam e por outras apontavam para caminhos distintos. Por exemplo, com relação a presença de pessoas trans indicava um percentual baixo em comparação com outras identidades, porém, na convivência, era um grupo que estava constantemente presente, com adesão.

Enquanto a observação no campo acontecia, a cada convivência notava-se algo a mais a ser acrescentado e, ainda assim, após a conclusão, as reverberações me deslocaram o olhar para informações que apenas a certo distanciamento temporal permitiu-se que acontecesse. A forma como o campo me afetou atravessou a minha formação enquanto profissional da psicologia. Por mais que a graduação se empenhe em abranger os limites da escuta, as histórias contadas pelas pessoas que utilizaram o espaço da ELRD não estavam disponíveis na formação, na universidade. Houveram vivências emudecedoras, que furtaram as palavras. Como no dia em que diante do absurdo vivido e contado por Úrsula²⁶, recordei-me de uma longa gargalhada de Rafael – ambas/os conviventes usuárias/os dos serviços. Questionei-me como pode o riso frente a um relato cheio de sangue: ela falava de uma rebelião na qual se pintavam os corpos com o sangue dos inimigos assassinados. Refletindo, pude perceber que a risada não era por achar graça da história, mas sim, uma defesa contra o assombro de uma realidade tão violenta que nos deixa sem reação.

Uma das partes mais notórias ao longo das observações foi quanto à estruturação da ELRD, que se deu por meio dos afetos. Executar um trabalho em que se encontrava com casos tão delicados, histórias em que pessoas tem sua humanidade usurpada pelas sucessivas violências, exigia que a equipe se cuidasse entre si. O olhar atento para o outro e a sensibilidade do cuidado mútuo. Houve uma cultura organizacional na qual se buscava uma formalização, sem deixar de lado que para construir um espaço horizontal e que promovesse a autonomia era preciso a troca de carinho entre seus membros. Isso, ficou pra mim evidente, ao registrar minha entrada no campo de pesquisa.

Analisar os dados do FICA trouxe uma série de apontamentos sobre as pessoas que frequentaram a ELRD enquanto conviventes usuárias/os dos serviços. Para além disso, indicou ausências dentre o público – como por exemplo, a predominância de homens cis indicava que poucas mulheres cis e trans, travestis e

²⁶ Úrsula é uma convivente, mulher trans, negra e que frequentava o lugar com o seu companheiro. Ela era muito falante, de modo que era recorrente que ela voltasse o foco da atividade para alguma narrativa por ela vivida.

homens trans estavam com acesso a esse serviço. Seria isso um indicativo de que a população em situação de rua é predominantemente de homens cis? O que foi observado era que a convivência da ELRD não bastava para fazer uma leitura do perfil das pessoas em situação de rua como um todo. Porém, tal indicativo corroborou com a iniciativa de que a ELRD teria de fazer busca ativa pelas mulheres que frequentavam o lugar. Assim como, desenvolver projetos voltados especificamente para este público.

Foi perceptível a baixa escolaridade daquelas/es entre as/os usuárias/os dos serviços e, também, que boa parte das ocupações profissionais se encaixaram no que popularmente chamamos de “bicos”, trabalhos normalmente informais e braçais. O que indicava uma insegurança nas relações de trabalho que tais pessoas apresentavam. Logo, isso também indicava que era importante pensar em formas de reinserção na vida escolar para aquelas e aqueles que assim desejassem – como foi o caso de Rafael, que já demonstrou por várias vezes o interesse em voltar a estudar. Além de compreender os limites da atuação da ELRD, visto que fornecer formação escolar para as pessoas conviventes exigiria outra estrutura, cabe perguntar o que é que se pode fazer diante dessa realidade? Que é justamente apoiar e auxiliar que a pessoa que demonstrasse o interesse nos estudos pudesse acessar a rede de educação já existente?

Outro marcador que se mostrou bem discrepante foi o de raça/cor: a maior parte das pessoas se autodeclarou como sendo preta ou parda. Um pequeno número se reconheceu como branca/o. Olhando para a composição da equipe, que também é majoritariamente composta por pessoas não brancas. Tal fato indicava que o cuidado era feito entre pares. Isso também apontou para uma ausência: onde estavam as pessoas brancas nos cuidados daqueles/as em vulnerabilidade social? Principalmente nesse contexto, que não visava um assistencialismo, mas sim, a promoção de autonomia das pessoas – individual e coletivamente.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Ciência do Estado de Pernambuco (Facepe) pela concessão de bolsa de iniciação científica, nos anos de 2022 e 2023.

Referência bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ALVES, Vânia Sampaio; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. Atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas no Brasil: convergência entre a saúde pública e os direitos humanos. **Revista de Direito Sanitário**, v. 13, n. 3, p. 9-32, 2013.
- BRANDÃO, Marcílio. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: <Ministério da Saúde (saude.gov.br) >. Acesso em 05 jan. 2023.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População e Situação de Rua**. Brasília, 2008.
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, v. 6, n. 6, p. 115-128, 2002.
- CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, educação e saúde**, v. 18, 2020.
- DE ARAÚJO, Evely Nathália Lira. Ataques à redução de danos em Recife: o consultório de rua. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 20, n. 49, 2022.
- DE OLIVEIRA, Evaldo Melo; SANTOS, Naíde Teodósio Valois. A rede de assistência

aos usuários de álcool e outras drogas—em busca da integralidade. **Outras Palavras**, p. 71, 2010.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas I**. La Emboscadura, 2017.

FORTESKI, Rosina; FARIA, Jeovane Gomes de. Estratégias de Redução de Danos: Um exercício de Equidade e Cidadania na Atenção a Usuário de Drogas. *Revista de Saúde Pública de Santa Catarina*, v. 6, n. 2, p. 78-91, 2013.

GUIMARÃES, Thaís de Andrade Alves; DOS SANTOS ROSA, Lucia Cristina. A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. **O social em questão**, v. 21, n. 44, p. 111-138, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HART, Carl. *Drogas para adultos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

IHRA, International Harm Reduction Association. O que é redução de danos? Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA). London: International Harm Reduction Association; 2010 [acesso em 20 novembro 2021]. (IHRA Briefing). Disponível em:

http://www.ihra.net/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf 3

KREIN, Carline Engel. Manicômios com nova roupagem: o deslocamento do aparato manicomial para comunidades terapêuticas. *Cadernos de Psicologias*, Curitiba, n. 3, 2022.

LEME, M. A.V. S. **O impacto da teoria das representações sociais**. In: SPINK, M. T. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 46-57.

LIMA-JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

MEDEIROS, Pollyanna Fausta Pimentel de et al. Um estudo sobre a avaliabilidade do Programa+ Vida: política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas do município de Recife, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, p. s209-s217, 2010.

- MENDES, Célia Regina Pessanha; FILLIPEHARR, João. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, jun. 2014.
- MESQUITA, Fábio. Redução de danos. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 21, n. 2, p. 10-17, 2020.
- MIRANDA, Humberto da Silva, [et. al]. **Relatório final - censo da população em situação de rua da cidade do Recife** – 1. ed. – Recife: EDUFRPE, 2023. 250
- NERY FILHO, Antonio et al. (Ed.). **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**. SciELO-EDUFBA, 2012.
- OLIVEIRA, Robson de; SAMPAIO, Simone Sobral; SALDANHA, Wagner Souza. (2015). Redução de danos no atendimento a sujeitos em situação de rua. **Argumentum**, 7(2), 221-234.
- PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, v.23, p. 154-162, 2011.
- PINTO, Leila de Oliveira; OLIVEIRA, Daniele Jesus de; DUARTE, Fabia Maria Ribeiro. Grupo Informativo: estratégia de redução de danos para pessoas apreendidas por consumo/porte de drogas ilícitas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 965-973, 2015.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho Organizador; SANTOS, Maria Paula Gomes dos Organizadora. Alternativas de cuidado a usuários de drogas na América Latina: desafios e possibilidades de ação pública. 2021.
- PIRES, Ronaldo Rodrigues; XIMENES, Verônica Moraes. Sentidos Atribuídos por Profissionais de Psicologia sobre Redução de Danos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, volume 37, 2021.
- QUEIROZ, Isabela Saraiva de. Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 21, p. 2-15, 2001.

- QUINTAS, Ana Caroline de Moraes Oliveira; TAVARES, Priscilla dos Santos Peixoto Borelli. Entre Caps AD e Comunidade Terapêuticas: o cuidado pela perspectiva dos usuários de um Caps AD. **Saúde em debate**, 44, 2020.
- RAIMONDI, Gustavo Antonio; MOREIRA, Claudio; BRILHANTE, Veras Aline; BARROS, Nelson Filice. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros método+lógicos. **Questões metodológicas Cad. Saúde Pública** 36 (12), 18 Dez 2020 <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00095320>>
- RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, Rossana Carla et al. Do descaso a um novo olhar: a construção da Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas como conquista da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O caso de Recife (PE). **Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 1-2, 2017.
- RIGONI, Rafaela; BREEKSEMA, Joost; WOODS, Sara. Limites da Correria: Redução de danos para pessoas que usam estimulantes. Recife: Escola Livre de Redução de Danos, 2019.
- RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; DE LIMA, Dálberti Sciamana. Implicações dos modelos de atenção à dependência de álcool e outras drogas na rede básica em saúde. *Psico*, v. 42, n. 2, 2011.
- SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.
- VASCONCELOS, Maria Paula Naves; PAIVA, Fernando Santana de; VECCHIA, Marcelo Dalla. O cuidado aos usuários de drogas: entre normatização e negação da autonomia. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 363-381, 2018.
- WEST, Rafael Silva. **Política de drogas e redução de danos: um estudo sobre o Programa Atitude em Pernambuco**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade

Federal de Pernambuco.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Ciência do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela concessão de bolsa de iniciação científica.